

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: 06
Data 30/04/89 Pg.: _____

Relatório acusa a Sudam de desviar incentivos fiscais

Ana Lúcia Guimarães

De todos os projetos agropecuários considerados implantados pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de fato, menos de 40% chegaram a ser efetivados. E muitos dos projetos abandonados foram considerados "implantados" para evitar seu cancelamento. Este é o quadro ainda pouco conhecido dos projetos gerados com incentivos fiscais do Governo na região Norte do País.

Esses e outros dados estão contidos no único documento oficial que trata do assunto, produzido em 1986, chamado Relatório da Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais (Comif). São uma das causas que levaram à intervenção do Governo na Sudam, onde uma comissão de inquérito deverá, até meados de junho, fornecer provas sobre o desvio de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam).

Antes mesmo da divulgação dos resultados levantados pela Comif, já existiam registros de projetos financiados com recursos tanto do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) quanto do Finam que não foram concretizados. A este índice chamou-se "taxa de mortalidade", que significa o número de projetos que não chegaram a ser realmente instalados.

A taxa de "mortalidade" dos projetos desenvolvidos com recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) era de 18,3% em 1978, no setor industrial, caindo para 13% em 1985, segundo dados da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No setor agropecuário, a taxa foi invertida: ao invés da "mortalidade", foi observada a taxa de implantação de apenas 16%.

O Finam industrial possui uma "mortalidade" de 32%, enquanto que no Finam agropecuário a taxa cresce para 60%. Os dados são fornecidos pela própria Sudam abrangendo projetos de 1969 a 1985.

Um outro aspecto indicador de que as coisas não andavam bem no Norte do país foi o crescimento exagerado do movimento anual de aplicações nos fundos, sem o resultado esperado dos projetos. No Finor o total de operações foi de Cz\$ 1,5 bilhão em 1985, e de Cz\$ 82,5 bilhão em 1988. No Finam os recursos aplicados cresceram de Cz\$ 446 milhão para Cz\$ 28,1 bilhões no mesmo período, sendo que a participação na arrecadação bruta do imposto de renda das empresas, em 1985, foi de 7,1% no Finor e 2,0 no Finam.

Sindicância

Dentro do governo José Sarney, esses números começaram a preocupar em junho de 1988, quando o ministro do Interior, João Alves, instituiu a primeira comissão de sindicância para apurar denúncias de corrupção na Amazônia. Elas iam desde a existência de caixinhas facilitando a aprovação de projetos nas superintendências, passando por corretoras de valores atuando na distribuição de recursos, até o desvio de dinheiro para o mercado financeiro.

Concluída a sindicância, apenas o presidente José Sarney tomou conhecimento dos seus resul-



tados, que lhe foram levado pelo próprio João Alves. Convencido de sua gravidade, o Presidente pediu a instalação de uma comissão de inquérito para reunir provas condizentes com as denúncias. Desde então, o superintendente interino da Sudam, Roberto Pinheiro Klein, também secretário especial da defesa civil do Minter, diz apenas que "o mecanismo do Governo é válido, as distorções constituem, outro problema" e que somente as conclusões da comissão de inquérito podem mudar a situação.

O ministro do Interior sempre soube das "histórias" da Amazônia, mais tarde confirmadas no relatório da Comif, sobre o mercado paralelo de valores criando um círculo de intermediação financeira a revelia do Governo Federal, contando com o envolvimento de elementos dos governos locais. Porém, como nunca obtinha provas concretas sobre as "histórias", nada podia fazer sobre elas.

O setor agropecuário é, de longe, o que abriga maior número de problemas de corrupção. A fraude clássica é a da aprovação de projetos agropecuários cuja área situa-se dentro de rios perenes da Amazônia. São eles que conseguem manter-se apoiados com dinheiro de incentivos fiscais.

Segundo dados do relatório da Comif, 15,9% dos projetos no setor ficam de 16 a 19 anos recebendo re-

ursos do Finam para sua continuidade. Quarenta e dois projetos ficam entre 7 e 12 anos e 248 entre um e três anos.

Dos 1.247 projetos aprovados pela Sudam, apenas 183 foram realmente implantados e 898 projetos — o que significa 72% — ainda estavam em fase de implantação quando foi levantada sua posição, em novembro de 1987, em relatório de inspeção do Tribunal de Contas da União na Sudam. Até abril de 1989, o setor agropecuário aglutinou nada menos que 771 projetos dos 1.391 aprovados pela Finam.

A Comif localizou projetos agropecuários de todos os tipos na Amazônia. Existem os mal localizados, como um encravado em pleno Parque Indígena do Xingu, ou projetos de cacau fora das áreas credenciadas pelo Governo. Registraram-se alguns bem conduzidos e outros em total abandono.

O que permitiu que a situação na Sudam se perpetuasse ao longo de tantos anos, comenta um técnico do Minter, é o fato de ninguém sair perdendo com as transações feitas pela Sudam sob o comando de seu ex-superintendente Henry Checralla Kayath. Porque situações contadas de fazenda em fazenda — e maqueadas em documentos — talvez nunca cheguem a se materializar em fatos que expliquem a destinação precisa dos recursos dos fundos de investimentos.